

Editorial

Em 2017 a Revista do Serviço Público fará 80 anos. Desde 2013, iniciamos um processo de mudança na Revista do Serviço Público. Àquela época, mudamos o Conselho Editorial e as regras de submissão e revisão dos artigos originais enfocando melhorias e reconhecimento da revista. Fomos bem sucedidos e hoje a Revista do Serviço Público é um periódico qualificado no campo de estudos em gestão pública e políticas públicas.

Acreditamos que ela cumpre um papel estratégico de promoção do debate nesse campo de conhecimento, junto não apenas ao governo federal, mas também aos governos estaduais, municipais e à sociedade civil. No campo da gestão pública, a vocação da Revista do Serviço Público está ancorada no debate sobre os instrumentos de gestão, sua aplicação e prática. Por isso, cumpre um papel fundamental junto ao serviço público de difusão de conhecimento e saberes profissionais que auxiliam no desempenho da gestão. No campo das políticas públicas, acolhemos artigos que discutem os processos de decisão, implementação, resultados e avaliação, com o condão de podermos ajudar os governos na construção de novas tecnologias sociais dirigidas às transformações do Estado e da sociedade.

Esta missão da Revista do Serviço Público corresponde ao seu perfil e ao seu público. Acreditamos na transformação da sociedade por via da pesquisa aplicada. Mas não bastará a esse conhecimento gerado a sua endogenia. Precisamos extrapolar esse conhecimento absorvendo outras experiências, comparando a nossa realidade, debatendo temas candentes, nos conectando com aquilo que há de mais avançado e contemporâneo no mundo. Com esse objetivo em vista, iniciaremos novas transformações na Revista do Serviço Público.

Fizemos revisões nas regras de submissão e revisão da Revista do Serviço Público absorvendo as melhores práticas editoriais e científicas. Dentre estas revisões, destacamos, em primeiro lugar, que a RSP acolherá artigos não apenas em português, mas também em inglês e espanhol. Temos condições de acolher novos conhecimentos e difundir a experiência brasileira em outros países.

Em segundo lugar, todo artigo submetido e aprovado para publicação na RSP terá que, obrigatoriamente, enviar o banco de dados. Esta medida visa à maior transparência das publicações e ao princípio da replicação na ciência. Os bancos de

dados ficarão disponíveis ao público junto com os artigos, garantindo que os testes empíricos e experimentos possam ser replicados.

Em terceiro lugar, criamos um Conselho Científico e ampliamos o Conselho Editorial. O leitor já pode reparar nos nomes que colaborarão com a RSP, no sentido de aprimorar a sua qualidade científica e editorial. Ao Conselho Científico caberá auxiliar o Editor-Chefe em todos os procedimentos da revista, inclusive o desk review. Isto visa a garantir maior eficácia e rigor do processo de seleção dos artigos, ampliando, por sua vez, a qualidade das publicações que o leitor encontrará em RSP. Por outro lado, ampliamos os membros internacionais do Conselho Editorial. O objetivo é fazer com que a Revista do Serviço Público encontre seu espaço internacionalmente e que abrigue contribuições de autores internacionais no campo da gestão pública e das políticas públicas.

Por fim, uma outra transformação. Iniciaremos em 2017 a publicação de uma nova sessão na RSP. A revista manterá a publicação de artigos originais no formato de fluxo contínuo de submissão. A “Sessão Temática”, por outro lado, abrigará debates contemporâneos por meio de artigos originais e submetidos dentro de chamadas divulgadas para cada número da revista. O Conselho Científico se reunirá uma vez por ano para definir o tema de cada “Sessão Temática” e divulgar as chamadas públicas para colaboração. Os artigos destinados à Sessão Temática passarão pelo mesmo processo de avaliação e contará com um editor associado, especialista no tema, que auxiliará na divulgação e seleção dos artigos. O objetivo dessa sessão é alimentar o debate contemporâneo dentro da vocação da revista, elegendo temas candentes não apenas da realidade brasileira, mas dentro dos problemas e soluções que diferentes governos e diferentes sociedades proporcionaram.

Todas estas mudanças ocorrem em uma janela de oportunidade. Nesse momento de crise, tanto nacional quanto internacional, precisamos juntar esforços coletivos e conhecimentos inovadores que possam contribuir para o aprofundamento da qualidade da gestão e das políticas públicas.

O primeiro artigo deste número, “The fundamentals of corruption-fighting within the accountability program of the Brazilian Federal Government”, trata dos fundamentos do Programa Anticorrupção adotado pelo governo brasileiro. O trabalho tem como objetivos verificar se a abordagem adotada sobre a corrupção se baseia no conceito de *rent-seeking*, além de suscitar o debate sobre as possíveis limitações no combate à corrupção empreendido no Brasil decorrentes de supostas deficiências de sua base conceitual.

O segundo artigo, intitulado “A composição da Alta Burocracia no Brasil e no Chile à luz das dimensões da legitimidade e do desempenho” tem como objetivo estudar duas formas de composição dos cargos da alta burocracia, entre diversas

existentes, analisando os casos do Brasil e do Chile. Sob uma perspectiva histórica, como síntese das análises, apresenta a tese da tecnificação da política, no caso chileno, e da politização da burocracia, no caso brasileiro.

O terceiro artigo, “Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil”, analisou os processos normativos e arranjos institucionais envolvidos na operacionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O trabalho apresenta alguns importantes ensinamentos em termos de arranjos institucionais e federativos necessários para o desenho e implementação de uma política com vistas a desenvolver trajetórias de desenvolvimento mais equilibradas entre as regiões do País.

O quarto artigo, “Assistência jurídica gratuita: serviços da Defensoria Pública da União na ótica da abordagem integradora da inovação”, é um estudo de caso que, por meio da abordagem integradora da inovação, busca identificar as características dos serviços da Defensoria Pública da União. O estudo mostrou que existe relação entre princípios norteadores e formas de inovação, sendo o princípio extensivo ligado à forma radical de inovação, o intensivo relacionado às formas incremental e de melhoria e o combinatório orientador das formas *ad hoc* e por recombinações.

O quinto artigo, intitulado “A organização da área de compras e contratações públicas na administração pública federal brasileira: o elo frágil” faz uma análise da trajetória da área de compras e contratações no Brasil. . O estudo é baseado em periodização que considera os seguintes momentos: a experiência da Divisão de Materiais do DASP (1938 -1945), as tentativas frustradas de criação do Sistema de Materiais, ao longo dos anos 1950 e 1960, a incorporação da área ao Sistema de Serviços Gerais, sob o marco do Decreto-lei nº 200/1967 e a estruturação atual, conformada a partir do desenvolvimento de um sistema informatizado (Siasg-Comprasnet). O trabalho conclui com a apreciação da situação atual e perspectivas de consolidação institucional da área.

O sexto artigo, “Análise de programas estruturadores de saúde do estado de minas gerais por meio de indicadores finalísticos”, busca analisar a relação entre o gasto nos Programas Estruturadores da área de saúde, do governo de Minas Gerais, com os Indicadores Finalísticos da referida área, entre os anos de 2004 a 2013. O estudo conclui que, embora os indicadores não influam diretamente sobre a alocação de recursos, estes orientam o processo de implementação das políticas, sob uma perspectiva de priorização, e consistem, também, em importantes mecanismos para aperfeiçoamento do processo de gestão.

A seção RSP Revisitada, traz um artigo publicado originalmente em 1982, o artigo discute temas como a intervenção estatal, a expansão da atividade estatal, a administração, autonomia e controle dos órgãos da administração indireta, o papel

da burocracia, entre outros. Além disso, o autor apresenta os resultados de um estudo empírico sobre a instabilidade da burocracia. Com um recorte longitudinal, o estudo compara dados do Legislativo e do Executivo no período compreendido entre 1945 e 1974. Por fim, o autor sustenta que a capacidade financeira dos órgãos da administração indireta, sua estrutura organizacional e a longevidade dos seus burocratas de alto escalão são fatores que conferem ao controle desses órgãos um caráter notadamente político.

Fernando Filgueiras

Editor-Chefe

Revista do Serviço Público